

i) Coordenar e gerir o parque de viaturas automóveis da Secretaria-Geral e dos serviços, comissões e grupos de trabalho a que a Secretaria-Geral preste apoio;

j) Gerir e controlar os contratos de comunicações fixas, fixas/móveis, móveis e dados dos respetivos equipamentos dos gabinetes dos membros do Governo, da Secretaria-Geral e dos serviços, comissões e grupos de trabalho a que a Secretaria-Geral preste apoio;

k) Dinamizar e verificar a aplicação de medidas comportamentais de eficiência energética no edifício sede do Ministério e no Arquivo Contemporâneo;

l) Elaborar relatórios mensais de adjudicações realizadas com parecer genérico;

m) Publicitação de relatórios de contratação na BaseGov.

2.4 — A Divisão de Gestão de Aproveitamento e Património integra a Secção de Património, Económico e Inventário, a Secção de Viaturas e Comunicações e a Unidade de Gestão Patrimonial.

2.4.1 — Compete à Secção de Património, Económico e Inventário garantir a realização das atividades e dos procedimentos relativos às competências constantes das alíneas a) a c) e f) do n.º 2.3.

2.4.2 — Compete à Secção de Viaturas e Comunicações garantir a realização das atividades e dos procedimentos relativos às competências constantes das alíneas h) a j) do n.º 2.3.

2.4.3 — Compete à Unidade de Gestão Patrimonial garantir a realização das atividades e dos procedimentos relativos às competências constantes das alíneas e) e g) do n.º 2.3.

3 — É criada a Divisão de Arquivos e Biblioteca (DAB), à qual compete:

a) Organizar e gerir a Biblioteca Central do Ministério;

b) Assegurar a coordenação do Catálogo Central, base de dados bibliográfica das bibliotecas e centros de documentação do Ministério;

c) Garantir a manutenção das bases de dados sob a sua direta responsabilidade, em particular a base de dados de recortes de imprensa;

d) Integrar fundos documentais e bases de dados de organismos do Ministério que tenham sido ou venham a ser extintos;

e) Prestar apoio e orientar os serviços de documentação dos serviços e organismos do Ministério no que respeita à normalização dos procedimentos técnicos nacionais e internacionais;

f) Divulgar a informação produzida pelos serviços e organismos do Ministério, através da Biblioteca Digital;

g) Assegurar o atendimento, consulta, empréstimo e difusão da informação existente nos fundos documentais à sua guarda;

h) Proceder à integração de exemplares de todas as publicações editadas pelos serviços e organismos do Ministério que não disponham de bibliotecas próprias;

i) Colaborar em programas que visem dar a conhecer o património documental, através de exposições, colóquios e outras atividades;

j) Gerir o Arquivo Contemporâneo do Ministério, assegurando, designadamente:

i) A recolha, conservação, tratamento e disponibilização da informação considerada de conservação permanente produzida pelos serviços e organismos dependentes do Ministério;

ii) A recolha, organização e elaboração de instrumentos de descrição e recuperação da informação dos fundos documentais provenientes de serviços e organismos extintos que fiquem à sua guarda;

iii) A promoção e realização da transferência de suportes de informação em ordem à salvaguarda da documentação de valor permanente;

iv) A orientação dos utilizadores, tanto internos como externos, fornecendo-lhes informação sobre a documentação existente e disponível no arquivo;

k) Prestar apoio e orientar tecnicamente, de acordo com as normas nacionais e internacionais, os arquivos dos gabinetes dos membros do Governo e dos serviços e organismos do Ministério, com vista a uniformizar procedimentos que garantam a integridade e o acesso à informação;

l) Organizar o sistema de arquivo geral da Secretaria-Geral de forma a proporcionar um meio rápido e eficiente de recuperação da informação;

m) Elaborar e atualizar as tabelas gerais de avaliação, seleção e eliminação de documentos;

n) Organizar e manter o arquivo histórico de acordo com as regras arquivísticas nacionais e internacionais.

4 — Mantêm-se as comissões de serviço das seguintes titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, nas unidades orgânicas flexíveis a que se refere o presente despacho e que sucedem às anteriormente existentes:

a) Licenciada Paula Cristina Lopes Rebelo Monteiro Leal, no cargo de chefe da Divisão de Gestão Financeira;

b) Licenciada Rute Carla da Conceição Marques Pinto, no cargo de chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

c) Mestre Maria da Conceição Grave Ribeiro, no cargo de chefe da Divisão de Gestão de Aproveitamento e Património;

d) Mestre Ana Maria Teixeira Gaspar, no cargo de chefe da Divisão de Arquivos e Biblioteca.

5 — É revogado o Despacho n.º 7489/2012, de 2 de agosto, objeto de republicação em anexo à declaração de retificação n.º 1035/2012, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 10 de agosto.

6 — O presente despacho produz efeitos na data da entrada em vigor da Portaria n.º 26/2018, de 19 de janeiro.

12 de janeiro de 2018. — O Secretário-Geral, *Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues*.

311063614

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso n.º 955/2018

1 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11/07, notificam-se os candidatos ao concurso interno de admissão ao período experimental para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de 120 postos de trabalho, previstos e não ocupados, e dos que vierem a vagar no prazo de validade do concurso, da categoria de técnico de administração tributária adjunto (TATA) nível 1, da carreira de técnico de administração tributária adjunto, do grau 2 do Grupo de Pessoal de Administração Tributária (GAT) do mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), aberto por aviso divulgado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 15 de maio de 2017, que o projeto de classificação final na sequência da prova realizada no dia 16 de dezembro de 2017, bem como a respetiva grelha de correção, se encontram disponíveis para consulta na página eletrónica da AT, podendo ser obtida seguindo os seguintes passos:

www.portaldasfinancas.gov.pt>> A AT>> Recursos Humanos>> Recrutamento de Pessoal

2 — Os interessados poderão pronunciar-se, por escrito, sobre o projeto de classificação final, no prazo de 10 dias úteis, a partir da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, devendo as suas alegações ser dirigidas ao Presidente do júri do concurso e remetidas pelo correio com aviso de receção, para a Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Rua do Comércio n.º 49 1149-017 Lisboa, ou entregues pessoalmente na mesma morada, das 9H30 às 12H30 e das 14H30 às 16H30, em ambos os casos até ao último dia do prazo.

3 de janeiro de 2018. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

311039396

Despacho n.º 800/2018

Delegação de competências

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, conjugado com n.º 3 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, delego:

1.1 — Nos Diretores de Finanças de Lisboa, Fernando Cristóvão Cardoso Lopes, do Porto, José Manuel de Oliveira e Castro, de Angra do Heroísmo, de Ponta Delgada e de Horta (em acumulação), Alberto Manuel Crisóstomo Medeiros Gonçalves, de Aveiro, Telmo Joaquim Rocha Tavares, de Beja, Francisco Henrique Teixeira Naia, de Braga, Júlia Maria Moutinho Sousa Neto, de Bragança, Carlos Alberto Morais, de Castelo Branco, Paulo Jorge Tiago Seguro Sanches, da Guarda, Maria Helena Martins Pernadas, de Coimbra, Jaime Mariquinhas Devesa, de Évora, Hilário Estêvão Cochicho Modas, de Faro, Francisco Carlos da Silva Lima Dias, de Leiria, José Manuel Lourenço Gante, de Portalegre, Joaquim Jorge Tomaz Santos Lima, de Santarém, José Maria Isaac Carvalho, de Setúbal, Maria do Carmo Nunes Farinha Oliveira Morgado, de Viana do Castelo, Joaquim Gonçalves Silva, de Vila Real, Nuno Duarte Coelho Chaves, de Viseu, António dos Santos Barroso Inês as competências, que exercerão na área geográfica das respetivas Direções de Finanças, para:

1.1.1 — No âmbito fiscal

a) Declarar, oficiosamente, a cessação de atividade nos termos do n.º 3 do artigo 114.º do Código do IRS, do n.º 6 do artigo 8.º do Código do IRC e do n.º 2 do artigo 34.º do Código do IVA;